



**SINOSSERRA FINANCEIRA S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025



CARTA DE APRESENTAÇÃO

SINOSSERRA FINANCEIRA S/A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025

- Relatório da administração
- Relatório dos auditores independentes
- Balanço Patrimonial
- Demonstrativo do resultado
- Demonstração dos resultados abrangentes
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Notas explicativas

As demonstrações do período foram divulgadas em 31/03/2026 no endereço eletrônico <https://sinosserrafinanceira.com.br/resultados/>

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

Guilherme Zugno Reis
Diretor de Controladoria

Êmile Bonetti
Contadora CRC-RS 098588

Relatório da Administração – Exercício de 2025

A Administração da Sinosserra Financeira S.A apresenta aos acionistas e ao mercado suas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Mesmo em um ambiente macroeconômico desafiador para o setor de crédito, marcado por taxas de juros elevadas e maior seletividade na concessão de financiamentos, a Sinosserra Financeira manteve sua trajetória de evolução. Tendo completado 10 anos de atuação, já demonstra maturidade e consistência operacional, consolidando resultados positivos e reforçando seu papel estratégico dentro do ecossistema de negócios do Grupo Sinosserra, organização perto dos 80 anos de história e sólida presença no setor automotivo.

Ao longo de 2025, a instituição seguiu executando sua estratégia baseada em crescimento com disciplina, priorizando a qualidade da carteira de crédito, a eficiência operacional e o fortalecimento de sua estrutura de capital. Essa abordagem permitiu ampliar a geração de resultados e consolidar a sustentabilidade do modelo de negócios, reforçando sua presença nos segmentos de financiamento de veículos, peças e serviços, áreas nas quais possui forte integração com o ecossistema do Grupo.

Ao final do exercício, a carteira de operações de crédito atingiu R\$ 181,9 milhões, refletindo a continuidade da expansão das atividades e a crescente relevância da instituição no apoio financeiro aos clientes e parceiros do Grupo. As receitas de intermediação financeira totalizaram R\$ 43,9 milhões.

O exercício também foi marcado pelo aumento de capital no montante de R\$ 10 milhões, movimento que reforçou a estrutura patrimonial da instituição e evidenciou a confiança dos acionistas na sua estratégia de crescimento. Como resultado, o patrimônio líquido atingiu R\$ 24,5 milhões ao final de 2025, fortalecendo a base de capital necessária para sustentar a expansão das operações.

Como reflexo da evolução das atividades e da disciplina na gestão, a instituição encerrou o exercício com lucro líquido de R\$ 2,1 milhões, consolidando sua trajetória de geração de resultados positivos e reforçando sua capacidade de crescimento de forma sustentável.

No campo da captação de recursos, a instituição manteve gestão consistente de seu funding, encerrando o exercício com captações totais de R\$ 162,7 milhões, compostas principalmente por depósitos a prazo e instrumentos de captação no mercado financeiro, assegurando estrutura adequada para suportar a expansão da originação de crédito.

A instituição manteve também posição confortável em relação aos requerimentos regulatórios de capital. O Índice de Basileia do conglomerado prudencial encerrou o exercício em 16,87%, nível superior ao mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil. Dessa forma, a instituição mantém estrutura de capital compatível com o nível de risco de suas operações, assegurando adequada capacidade de crescimento e pleno atendimento às exigências regulatórias.

Os resultados obtidos no exercício refletem a consistência do modelo de negócios da instituição, fundamentado em gestão prudente de riscos, disciplina na originação de crédito e foco na geração sustentável de resultados. Ao longo do período, a instituição continuou investindo no aprimoramento de seus processos, na otimização de sua estrutura operacional e na consolidação de seus controles internos, em linha com as melhores práticas de governança e gestão do sistema financeiro.

O progresso das operações ao longo do exercício demonstra a capacidade da Sinosserra Financeira de expandir suas atividades com disciplina na gestão, eficiência operacional e foco permanente na geração de valor para clientes, parceiros e acionistas.

A Administração agradece a confiança de colaboradores, clientes, parceiros e investidores, que contribuem de forma relevante para o fortalecimento e continuidade da trajetória de desenvolvimento da companhia.

Novo Hamburgo, 20 de março de 2025.

A Diretoria.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ilmos. Srs.

Acionistas e Administradores do

Sinosserra Financeira S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Novo Hamburgo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sinosserra Financeira S.A. Sociedade De Crédito, Financiamento E Investimento. ("Sinosserra Financeira S.A. - CFI"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Sinosserra Financeira S.A.-CFI em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

(1) Impostos e Contribuições Diferidos

Chamamos a atenção para o fato de a Instituição Financeira possuir contabilizado em 31 de dezembro de 2025, créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 5.077 mil, conforme divulgado na nota explicativa "12" às demonstrações financeiras. A realização desses créditos depende da geração de lucros tributários futuros, conforme projeção de resultados preparado e aprovado pela administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

(2) Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021 que dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.8 às demonstrações financeiras, a qual descreve que a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21, a Resolução BCB nº 352/23 e normas complementares, estabelecem novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, ativos e passivos, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), as quais foram adotadas pela Instituição. Conforme previsto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, as demonstrações deste semestre e exercício foram elaboradas considerando a dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor
A administração da Sinosserra Financeira S.A. - CFI é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sinosserra Financeira S.A. - CFI continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sinosserra Financeira S.A. - CFI são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sinosserra Financeira S.A. - CFI.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sinosserra Financeira S.A. - CFI. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sinosserra Financeira S.A. - CFI a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de março de 2026.

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 006.472/O-1/RS
REGINALDO BESCOROVAINE
Contador CRC- PR Nº 045.212/O-5/RS

Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Balanco Patrimonial (em R\$ mil)

ATIVO

	Nota	31 de Dezembro de 2025
Disponibilidades	5	817
Ativos financeiros		182.920
Mensurado ao Valor Justo por meio do resultado		13.158
Títulos e valores mobiliários	6	13.158
Mensurado ao Custo Amortizado		169.762
Operações de crédito	7	169.762
Operações de crédito		181.997
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(12.235)
Outros ativos		842
Ativos fiscais		5.310
Correntes		233
Diferidos	12	5.077
Imobilizado	8	84
Imobilizado de uso		222
(-) Depreciações acumuladas		(138)
Intangível	8	838
Ativos intangíveis		1.265
(-) Amortização acumulada		(427)
Total do ativo		190.811

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Balanco Patrimonial (em R\$ mil)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31 de Dezembro de 2025
Passivos financeiros		162.672
Mensurado ao Custo Amortizado	9	162.672
Depósitos		153.824
Recursos de letras financeiras		8.848
Outros passivos	10	3.604
Outras obrigações fiscais	10.1	395
Diversas	10.2	3.209
Patrimônio líquido	11	24.535
Capital		25.000
De domiciliados no país		25.000
Prejuízos acumulados		(465)
Total do passivo e patrimônio líquido		190.811

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos resultados dos períodos (em R\$ mil)

	Nota	2º semestre de 2025	31 de Dezembro de 2025
Receitas da intermediação financeira		22.132	43.933
Operações de crédito		20.603	41.604
Operações com títulos e valores mobiliários		1.529	2.329
Despesas da intermediação financeira		(16.191)	(31.507)
Operações de captação no mercado		(13.295)	(25.151)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.896)	(6.356)
Resultado bruto da intermediação financeira		5.941	12.426
Outras receitas e despesas operacionais		(5.677)	(12.668)
Receitas de prestação de serviços	13	254	379
Despesas de pessoal		(1.978)	(3.692)
Outras despesas administrativas	14	(3.139)	(6.704)
Despesas tributárias		(447)	(961)
Outras despesas/receitas operacionais		(367)	(1.690)
Resultado operacional		264	(242)
Resultado não operacional		88	317
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		352	75
Imposto de renda e contribuição social	12	1.003	2.121
Imposto de renda e contribuição social - corrente		78	(66)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		925	2.187
Participações do resultado		(21)	(62)
Lucro líquido do período		1.334	2.134
Prejuízo (lucro) por lote de 1.000 ações		0,10	0,17

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrativo dos resultados abrangentes (em R\$ mil)

	2º semestre de 2025	31 de dezembro de 2025
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados para o resultado do período	1.334	2.134
Movimentação do período	-	-
Resultado abrangente do período	1.334	2.134

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido (em R\$ mil)

	Capital	Prejuízos acumulados	2º Semestre de 2025	Exercício 2025
Saldos no início do semestre	20.000	(1.799)	18.201	12.814
Ajuste inicial IFRS 9	-	-	-	(412)
Saldos ajustados	20.000	(1.799)	18.201	12.402
Aumento de capital	5.000	-	5.000	10.000
Resultado do período	-	1.334	1.334	2.133
Saldos em 31/12/2025	25.000	(465)	24.535	24.535
Mutações do semestre	5.000	1.334	6.334	11.721

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do fluxo (método indireto) de caixa (em R\$ mil)

	2º semestre 2025	31 de dezembro de 2025
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u>		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	353	75
Ajustes por itens que não afetam o caixa		
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (PCLD)	3.058	6.121
Participação nos resultados e bonificações	(21)	(62)
Depreciação e amortização	62	121
Caixa gerado pelas operações	3.452	6.255
Imposto de renda e contribuição social pagos	79	(66)
(Aumento) diminuição de ativos	11.894	(10.571)
Títulos e Valores Mobiliários	15.430	(7.170)
Operações de Crédito	(5.298)	(4.641)
Outros ativos	1.127	605
Outras Valores e Bens	635	635
Aumento/(Redução) de passivos	(19.988)	(9.268)
Ao custo amortizado	(19.376)	(9.000)
Outros passivos	(612)	(268)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(4.563)	(13.650)
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Compra de ativo imobilizado e intangível	(867)	(895)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(867)	(895)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Aumento de capital	5.000	10.000
Caixa líquido das atividades de financiamento	5.000	10.000
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(430)	(4.545)
Saldo das disponibilidades no início do período	1.247	5.362
Saldo das disponibilidades no final do período	817	817

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em R\$ mil)*

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Sinosserra Financeira S/A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Pedro Adams Filho, nº 3790, sala 401, Novo Hamburgo, RS, é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Seu objeto social consiste na realização de operações de crédito com pessoas físicas e jurídicas. O portfólio de produtos inclui:

- crédito pessoal, com e sem garantia;
- crédito consignado;
- cessão de recebíveis;
- financiamentos de peças e serviços;
- financiamento de veículos;
- operações de vendor para aquisição de peças.

Em decorrência de decisão estratégica da Administração, o produto crédito consignado foi descontinuado a partir de maio de 2025, permanecendo apenas a gestão da carteira anteriormente contratada.

A instituição opera com recursos próprios e de terceiros, captados por meio da emissão de instrumentos de renda fixa, tais como letras de câmbio, certificado de depósito bancário, depósitos interfinanceiros, DPGE (Depósito a Prazo com Garantia Especial) e letras financeiras. Esses instrumentos apresentam modalidades de remuneração pós-fixada, pré-fixada e híbrida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, considerando que a Administração não possui intenção, tampouco necessidade, de liquidar a entidade ou de encerrar, de forma relevante, suas atividades.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações posteriores, observando as normas e instruções do Banco Central do Brasil – BCB, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e em consonância com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis.

Em especial, as demonstrações contemplam as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21, da Resolução CMN nº 5.100/23 e da Resolução BCB nº 352/23, que disciplinam critérios de classificação, mensuração, reconhecimento, baixa e divulgação de instrumentos financeiros, bem como o modelo de provisão para perdas esperadas, a adoção da taxa de juros efetiva e o tratamento contábil de ativos financeiros problemáticos.

2.1 Principais alterações normativas vigentes em 2025

As referidas normas introduziram, entre outros aspectos:

- (i) novos critérios para classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros;
- (ii) novos critérios e procedimentos para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- (iii) adoção da taxa de juros efetiva (TEJ) na mensuração de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado;
- (iv) interrupção do reconhecimento de receitas financeiras relativas a ativos problemáticos (“stop accrual”);
- (v) evidenciação em notas explicativas de instrumentos financeiros, provisões e critérios de mensuração.

2.2 Classificação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são classificados conforme o modelo de negócios da instituição e as características dos fluxos de caixa contratuais, nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): para ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais e tais fluxos de caixa constituem-se somente em pagamentos de principal e juros;
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): para ativos mantidos tanto para recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto para venda e tais fluxos de caixa constituem-se somente em pagamentos de principal e juros;
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): para ativos negociados com o objetivo de obtenção de resultados no curto prazo e para os demais ativos financeiros não classificados nas categorias anteriores.

Os passivos financeiros permanecem classificados, em essência, ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

2.3 Mensuração pelo método da taxa de juros efetiva

A partir de 1º de janeiro de 2025, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado passaram a ser reconhecidos pelo método da taxa de juros efetiva (TEJ), o qual considera, além da taxa contratual, a apropriação proporcional de receitas, despesas e custos de transação durante a vigência do instrumento.

As operações originadas até 31/12/2024 permanecem reconhecidas pela taxa contratual originalmente pactuada, conforme permitido pela norma de transição.

2.4 Modelo de perda esperada

A instituição aplica a metodologia simplificada prevista nos artigos 76 a 78 da Resolução BCB nº 352/23 para mensuração da provisão para perdas esperadas em operações inadimplidas.

A perda esperada reflete a probabilidade de ocorrência de inadimplência no horizonte de até 12 meses ou no prazo contratual do instrumento, quando inferior a esse período.

2.5 Ativos problemáticos e stop accrual

São considerados ativos problemáticos aqueles com atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou encargos, ou quando houver evidência de que a obrigação não será honrada nas condições originais.

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21, em especial seu art. 17, a instituição interrompe o reconhecimento de receitas financeiras de tais ativos, registrando-as apenas quando efetivamente recebidas.

2.6 Baixa de ativos financeiros

A baixa contábil de um ativo financeiro ocorre quando:

- (i) expiram os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa;
- (ii) o ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa; ou
- (iii) nos termos do art. 49 da Resolução CMN nº 4.966/21, quando não for provável que a instituição recupere o seu valor, em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

2.7 Aspectos tributários

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Lei nº 14.467, promulgada em 16 de novembro de 2022, modifica o regime tributário para perdas em operações de concessão de crédito, relacionadas à atividade de instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BCB). A mudança principal é a possibilidade de deduzir essas perdas ao calcular o Lucro Real e a base da CSLL.

As normas para deduzir operações de concessão de crédito ou inadimplentes são:

- (i) A operação é considerada inadimplente e passível de dedução fiscal após 90 dias de atraso no pagamento do principal ou encargos, sem considerar a data do contrato;
- (ii) As perdas dedutíveis são calculadas mensalmente, respeitando o limite do valor total do crédito, conforme as regras:
 - Aplicação do fator "A" sobre o valor total a partir do mês de inadimplência;
 - Adição do valor resultante do fator "B", multiplicado pelos meses de atraso, ao cálculo anterior, multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;
 - Subtração das deduções já realizadas em períodos anteriores.

Os contratos em situação de inadimplência, cujas perdas não foram deduzidas do ponto de vista fiscal até 31 de dezembro de 2024, serão monitorados separadamente. A exclusão dessas perdas na base de cálculo do lucro real será realizada em parcelas mensais, equivalentes a 1/84, a partir de janeiro de 2026.

2.8 Adoção inicial das novas normas

A Administração elaborou e executou um plano de implementação para adequação às novas normas, contemplando etapas de avaliação de impactos, desenvolvimento de metodologias e testes de validação.

Os ajustes de primeira adoção foram reconhecidos em 1º de janeiro de 2025, refletindo diretamente no Patrimônio Líquido de abertura, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21.

O quadro a seguir demonstra os principais efeitos da adoção inicial, discriminando reclassificações e remensurações, bem como o saldo ajustado em 01/01/2025.

Além dos valores apresentados no quadro (R\$ 688 mil relativos à provisão para perdas de crédito), a adoção inicial também gerou impacto adicional de R\$ 275 mil no Patrimônio Líquido, referente a ajustes de IRPJ e CSLL diferidos, decorrentes da provisão para perdas de crédito, sem detalhamento individual no quadro.

Anterior à adoção da Resolução CMN nº 4966/21	Saldo em 31/12/2024	Efeitos da adoção (Reclassificações)	Efeitos da adoção	Saldo em 01/01/2025	Após à adoção da Resolução CMN nº 4966/21
Ativos Financeiros					
Operações de crédito	177.768	177.768			
(-) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(6.114)	(659)	(2.722)	(3.381)	Provisão perda incorrida
		(5.455)	3.410	(2.045)	Provisão perda esperada
		Impacto líquido da adoção inicial no PL		(688)	

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Instituição em **20 de março de 2026**.

NOTA 3 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre as principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras, destacam-se:

a) Moeda Funcional

As informações financeiras da Sinosserra S.A. – CFI estão representadas em Reais (R\$) mil, que é sua moeda funcional e de apresentação. Os valores são arredondados ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, refletindo o período a que pertencem. Quando há correlação entre receitas e despesas, são reconhecidas de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

c) Disponibilidades

As disponibilidades são representadas por dinheiro em caixa e depósitos bancários de alta liquidez, com risco insignificante de alteração de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data de aquisição.

d) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

A Sinosserra S.A. – CFI classifica e mensura seus títulos e instrumentos financeiros em conformidade com as normas contábeis atualmente vigentes, em especial a Resolução CMN nº 4.966/21, que dispõe sobre a adoção de práticas contábeis internacionais (IFRS) pelas instituições financeiras, e demais regulamentações complementares do Banco Central do Brasil.

Classificação e Mensuração

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com o modelo de negócio e as características contratuais dos fluxos de caixa, considerando os seguintes critérios:

- **Ao Valor Justo por Resultado (VJR):** instrumentos adquiridos para negociação frequente ou avaliados pelo valor justo com efeito no resultado do período;
- **Ao Custo Amortizado (CA):** instrumentos mantidos com a finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais;
- **Ao Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** instrumentos não enquadrados nas categorias anteriores, com ajustes de valor justo reconhecidos no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

Mensuração do Valor Justo

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em:

- Cotações de mercado, quando disponíveis;
- Modelos de precificação reconhecidos;
- Informações de transações recentes de ativos ou passivos com características semelhantes.

e) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, mensuradas ao custo amortizado, são registradas pelo valor concedido, acrescido dos encargos contratuais incorridos, e estão apresentadas líquidas da provisão para perdas esperadas, constituída conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021, pela Resolução BCB nº 352/2023.

A classificação do risco de crédito considera a capacidade de pagamento dos tomadores e garantidores, informações históricas, condições atuais e projeções de cenários futuros, de acordo com a metodologia de perdas esperadas ao longo da vida dos instrumentos financeiros.

As receitas de operações com atraso superior a 90 dias (ativos problemáticos) são reconhecidas no resultado apenas quando efetivamente recebidas (stop accrual). Créditos considerados irrecuperáveis são baixados contra a provisão existente e passam a ser controlados em contas de compensação, não compondo mais o ativo da instituição.

f) Ativo Permanente

I. Investimentos

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

II. Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a entidade.

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear.

III. Intangível

O Ativo Intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição.

g) Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, (pro rata dia), e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores de realização, deduzidos das despesas a apropriar, ou por valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas, (pro rata dia).

h) Depósitos, Recursos de aceites e Emissão de títulos e Relações interfinanceiras

Registrados pelo valor captado acrescido de encargos pro rata dia até a data do balanço, com remuneração a taxas de mercado.

i) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Sinosserra S.A. – CFI avaliou, com base na NBC TG 01, se havia indicações de desvalorização dos ativos e realizou testes de recuperabilidade, conforme detalhado na Nota Explicativa 6.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro do exercício e reconhecido no balanço patrimonial. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto diferido são os valores de ativos e passivos fiscais a serem recuperados e pagos em períodos futuros, respectivamente. O passivo diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e o ativo diferido é calculado com base nas provisões constituídas sobre os devedores duvidosos da carteira de operações de crédito.

k) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB requer que a administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, substancialmente, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para desvalorização de certos ativos, a constituição de imposto de renda diferido, a marcação a mercado dos instrumentos financeiros e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Administração da Sinosserra S.A. – CFI revisa as estimativas e premissas, pelo menos por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras.

NOTA 4 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas da Sinosserra S.A. – CFI são seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros, e demais membros do pessoal chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, aprovado pelo CMN através da Resolução CMN nº 4.818/20. As condições dos serviços com partes relacionadas são compatíveis com aqueles praticados pela instituição em operações de mesma modalidade para contrapartes de mesmo perfil e risco do mercado.

Ativo	31/12/2025
Despesas antecipadas	3
Operações de crédito	5
Passivo	31/12/2025
Depósitos a prazo	13.122
Letra Financeira	8.848
Valores a pagar a sociedades ligadas	128
Credores diversos	1.220
Despesas	31/12/2025
Despesas de aluguel	48
Despesas de captação	4.711
Despesas de serviços técnicos	540
Despesas administrativas/comissões	297
Outras despesas operacionais	2.273
Despesas com honorários	480

NOTA 5 – DISPONIBILIDADES

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, o saldo de disponibilidades correspondeu integralmente a recursos mantidos em contas correntes junto a instituições financeiras, totalizando R\$ 817 mil.

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, a Sinosserra Financeira mantinha cotas de fundos de renda fixa no valor de R\$ 13.158. Estes ativos estão classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR), sendo as variações de valor justo reconhecidas diretamente no resultado do período. O valor justo corresponde às cotações divulgadas pelos administradores dos fundos na data-base do balanço.

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

i. Composição por modalidade

	31 de dezembro de 2025
	<u>Valor contábil bruto</u>
Direitos creditórios descontados	1.450
Capital de Giro	1.287
Crédito pessoal	5.447
Peças e Serviços	21.881
Veículos	151.932
Total	181.997

No semestre findo em 31 de dezembro de 2025 as receitas de juros de operação de crédito totalizaram R\$ 41.604, registrada na rubrica de "Operações de crédito" na demonstração do resultado do exercício.

ii. Composição das operações por carteira, situação e faixa de vencimento

					31 de dezembro de 2025
	C2	C3	C4	C5	<u>Valor contábil bruto</u>
Ativos não problemáticos	142.491	1.450	488	22.699	167.128
DE 000 A 000 DIAS	122.060	1.450	488	21.379	145.377
DE 001 A 014 DIAS	8.691	-	-	771	9.462
DE 015 A 030 DIAS	5.889	-	-	269	6.158
DE 031 A 060 DIAS	4.271	-	-	170	4.441
DE 061 A 090 DIAS	1.580	-	-	110	1.690
				-	
Ativos problemáticos não inadimplidos	690	-	-	11	701
DE 000 A 000 DIAS	191	-	-	-	191
DE 001 A 014 DIAS	32	-	-	-	32
DE 015 A 030 DIAS	38	-	-	-	38
DE 031 A 060 DIAS	110	-	-	-	110
DE 061 A 090 DIAS	319	-	-	11	330
	13.405	-	15	748	14.168

Ativos problemáticos inadimplidos					
DE 091 A 120 DIAS	668	-	-	70	738
DE 121 A 150 DIAS	740	-	-	80	820
DE 151 A 180 DIAS	454	-	-	63	517
DE 181 A 210 DIAS	893	-	-	86	979
DE 211 A 240 DIAS	1.157	-	-	66	1.223
DE 241 A 270 DIAS	1.233	-	-	37	1.270
DE 271 A 300 DIAS	894	-	-	74	968
DE 301 A 330 DIAS	660	-	-	42	702
DE 331 A 360 DIAS	912	-	-	25	937
DE 361 A 390 DIAS	576	-	-	42	618
DE 391 A 420 DIAS	346	-	-	79	425
DE 421 A 450 DIAS	1.036	-	-	16	1.052
DE 451 A 480 DIAS	764	-	-	21	785
DE 481 A 510 DIAS	507	-	-	22	529
DE 511 A 540 DIAS	129	-	15	25	169
DE 541 A 570 DIAS	87	-	-	-	87
DE 571 A 600 DIAS	385	-	-	-	385
DE 601 A 630 DIAS	488	-	-	-	488
DE 631 A 660 DIAS	216	-	-	-	216
DE 661 A 690 DIAS	610	-	-	-	610
DE 691 A 720 DIAS	650	-	-	-	650
Total Geral	156.586	1.450	503	23.458	181.997

iii. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Carteira	Situação	Valor contábil bruto	Perda esperada	Perda incorrida	31 de dezembro de 2025
					Total da perda
C2	Ativos não problemáticos	142.491	(2.561)	-	(2.561)
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	13.404	(434)	(7.918)	(8.352)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	690	(231)	-	(231)
		156.585	(3.226)	(7.918)	(11.144)
C3	Ativos não problemáticos	1.450	(28)	-	(28)
		1.450	(28)	-	(28)
C4	Ativos não problemáticos	488	(9)	-	(9)
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	15	-	(15)	(15)
		503	(9)	(15)	(24)
C5	Ativos não problemáticos	22.699	(495)	-	(495)
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	748	(25)	(513)	(538)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	12	(6)	-	(6)
		23.459	(526)	(513)	(1.039)
Total Geral		181.997	(3.789)	(8.446)	(12.235)

iv. **Movimentações das provisões para perdas associadas ao risco de crédito**

Em 31 de dezembro de 2025, a instituição reconheceu no resultado o montante de R\$ 6.356, referente a perdas associadas ao risco de crédito sobre operações de crédito mensuradas ao custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados contra prejuízo quando não há expectativa de recuperação de seus valores, ou quando a perda esperada corresponde integralmente ao valor contábil bruto da operação.

No semestre, foram recuperados créditos anteriormente baixados para prejuízo, no valor de R\$ 747.

v. **Renegociações e reestruturações**

No semestre findo em 31 de dezembro de 2025, foram renegociadas operações de crédito no montante de R\$ 7.566, referentes a saldos de contratos renegociados no período, com a formalização de novos contratos em valores equivalentes, acrescidos, quando aplicável, dos encargos previstos nas condições de renegociação.

vi. **Maiores devedores**

	<u>31 de dezembro de 2025</u>
10 maiores clientes	4.345
50 maiores clientes	8.725
100 maiores clientes	12.431
Demais clientes	156.496
Total	<u>181.997</u>

NOTA 8 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	<i>Taxas de depreciação</i>	<u>31 de dezembro de 2025</u>		
		Custo	Depreciação	Valor residual
Móveis e equipamentos de uso	10%	39	(19)	20
Processamento de dados	20%	183	(119)	64
Total		<u>222</u>	<u>(138)</u>	<u>84</u>
Ativos Intangíveis	10%	1.265	(427)	838
Total		<u>1.265</u>	<u>(427)</u>	<u>838</u>

NOTA 9 – PASSIVOS FINANCEIROS – MENSURADO AO CUSTO AMORTIZADO

Prazo	Depósito Interfinanceiro (i)	Depósitos a prazo (ii)	Letra Financeira (iii)	31 de dezembro de 2025
até 3 meses	-	12.971	-	12.971
de 3 a 12 meses	7.099	58.525	8.848	74.472
de 1 a 3 anos	-	40.068	-	40.068
de 3 a 5 anos	-	35.161	-	35.391
Total	7.099	146.725	8.848	162.672

(i) Em dezembro de 2025, os Depósitos Interfinanceiros (DI) apresentavam taxa média de juros pós-fixada de 115,75% do CDI ao ano.

(ii) Em dezembro de 2025, os Depósitos a Prazo apresentavam taxas médias de juros de: pré-fixada de 13,67% a.a., pós-fixada de 116,91% do CDI a.a. e CDI + 1,59% a.a.

(iii) No semestre encerrado em 31 de dezembro de 2025, não houve novas emissões de Letras Financeiras. As emissões realizadas em 2021 estão registradas no passivo a taxa média de juros pré-fixada de 15% a.a.

NOTA 10 – OUTROS PASSIVOS

10.1 Outras obrigações fiscais

	31 de dezembro de 2025
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	82
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	35
Impostos e Contribuições sobre Salários	194
Outros	84
Total	395

10.2 Diversas

	31 de dezembro de 2025
Despesa de pessoal	720
Valores a pagar sociedades ligadas (i)	128
Recursos a liberar para operação de crédito	1.071
Resultado de exercícios futuros (ii)	1.031
Fornecedores	209
Outros	50
Total	3.209

(i) Referem-se a pagamentos por serviços prestados; (ii) Refere-se a resultados financeiros que serão apropriados efetivamente no resultado como renda mediante a fluência do prazo.

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, o capital social da CFI é de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). Adicionalmente, o Patrimônio Líquido sofreu ajustes decorrentes da adoção das novas normas contábeis, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 2.8.

Em 03 novembro de 2025, foi publicada a Resolução Conjunta nº 14 e a Resolução BCB nº 517, que dispõe sobre metodologia de apuração do limite mínimo de capital social integralizado e de patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), metodologia esta que impactará a atual composição de capital da instituição, seus reflexos estão e fase de estudo e planejamento.

NOTA 12 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro real, com o adicional de 10% incidente sobre a parcela do lucro que excede R\$ 20 mil mensais, conforme estabelecido nas Leis nº 8.981/95, nº 9.249/95 e nº 9.430/96.

A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras, equiparadas e do ramo segurador é calculada a alíquota de 15%.

A seguir, apresentamos as bases tributáveis e os valores de impostos apurados para dezembro de 2025:

	<u>2º semestre de</u> <u>2025</u>	<u>31 de dezembro</u> <u>de 2025</u>
Lucro Antes dos Impostos e Participações	352	75
(-) Participações sobre o Lucro	(21)	(62)
Lucro Líquido Antes dos Impostos	331	13
Ajustes ao Lucro Real		
(+) Adições	3.975	8.697
(-) Exclusões	(4.475)	(8.242)
(-) Compensações	50	(140)
Base de Cálculo da CSLL	(119)	328
CSLL paga (15%)	-	49
Base de Cálculo para IRPJ	352	(36)
(+) Adições	3.956	8.745
(-) Exclusões	(4.647)	(8.545)
(-) Compensações	102	(49)
Base de Cálculo do IRPJ	(237)	115
IRPJ (15%)	-	17
Adicional do IRPJ (10% sobre excedente)	-	-
IRPJ Total	-	17

Expectativa de Realização

Conforme disposto no art. 6º da Lei nº 14.467/2022, com as alterações introduzidas pela Lei nº 15.078/2024, os créditos tributários decorrentes de operações de crédito inadimplidas em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidos ou recuperados até essa data, somente poderão ser excluídos do lucro líquido para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) por mês, a partir de janeiro de 2026.

Assim, a Administração avaliou as projeções de lucros tributáveis futuros e concluiu que é provável a realização dos ativos fiscais diferidos registrados, os quais estão demonstrados na tabela a seguir, de acordo com a expectativa de realização:

	Bases		Ativo	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Curto Prazo				
2026	1.785	1.589	714	636
Longo Prazo				
2027	1.785	1.415	714	566
2028	1.785	1.260	714	504
2029	1.785	1.122	714	449
2030	1.785	999	714	400
2031	1.784	889	714	356
2032	1.784	792	713	317
Total	12.493	8.066	4.997	3.226

NOTA 13 - RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas de prestação de serviços apresentadas no quadro abaixo são reconhecidas proporcionalmente ao prazo do contrato, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, que trata da classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros, alinhando-se ao IFRS 9. O quadro demonstrativo detalha os valores apropriados no período.

	2º semestre de 2025	31 de dezembro de 2025
Rendas de confecção de cadastro PF	229	340
Rendas de confecção de cadastro PJ	23	33
Outras rendas de prestação de serviço	2	6
Total	254	379

NOTA 14 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2025	31 de dezembro de 2025
Comissões pagas	0	(211)
Despesas de processamento de dados	(843)	(1.520)
Serviços do Sistema Financeiro	(156)	(326)
Serviços técnicos	(1.491)	(3.215)
Despesa com publicidade	(41)	(186)
Despesas de aluguel	(38)	(74)
Despesas de depreciação e amortização	(66)	(132)
Outras despesas	(504)	(1.040)
Total	(3.139)	(6.704)

NOTA 15 - GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL

Conforme estabelecido na Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, as Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, enquadradas no segmento S4 devem possuir estrutura para gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital. O parágrafo 2º do artigo 2º da respectiva Resolução define que a estrutura deve ser unificada para as instituições integrantes do mesmo conglomerado prudencial, desta forma, a estrutura abrange a avaliação e gerenciamento de riscos da Sinosserra Financeira S.A. SCFI e da Sinosserra Administradora de Consórcios Ltda. A descrição das estratégias de gerenciamento de riscos e da atuação da Diretoria, de modo a permitir o claro entendimento da relação entre o apetite por riscos, as suas principais atividades e os riscos relevantes constam no relatório disponível no site da Sinosserra Financeira, líder do conglomerado prudencial: <https://sinosserrafinanceira.com.br/gestao-de-riscos/>

NOTA 16 - LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DE BASILEIA)

A Resolução CMN nº 4.958/21 estabelece os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP). A apuração dos índices de capital ocorre de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.950/21.

Descrição	31 de dezembro de 2025
RWACPAD - Exposição Risco de Crédito	166.742
RWAOPAD - Exposição Risco Operacional	72.335
RWA - Ativos Ponderados por Risco	239.077
PR - Patrimônio de Referência nível I	40.327
PR - Patrimônio de Referência nível II	0
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	19.126
IB - Índice de Basileia	16,87%

A Sinosserra S.A. – CFI possui um Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades.

NOTA 17 – Eventos Subsequentes

A administração não teve conhecimento de eventos subsequentes até a divulgação dessas Demonstrações Financeiras.

Novo Hamburgo, 20 de março de 2026.